

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BRASIL E ÁFRICA, APÓS SEGUNDA-GUERRA MUNDIAL ATÉ SEU ESTREITAMENTO COM ANGOLA EM 1975.

José Francisco dos Santos

Doutorado em História (PUCSP)

Docente do Centro das Humanidades, PPGCHS e PPGE

jose.santos@ufob.edu.br/jose.francisco.puc@gmail.com

RESUMO

O trabalho faz reflexões referente aos processos de mudanças na política brasileira exterior, em especial ao continente africano, que a após a independência do Brasil em 1822 se distanciou das denominadas “colônias portuguesa em África” (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau Moçambique e São Tomé e Príncipe) que veremos têm a ver com acordos para reconhecimento da libertação brasileira de Portugal. Com a campanha internacional liderada pela Inglaterra para o fim da escravidão no século XIX, em que o Brasil tardiamente “faz abolição, em 1888”, os laços com o continente africano do período do tráfico negreiro Atlântico são mais diminuídos numa clara campanha para o seu total rompimento com a tentativa do branqueamento da sua população. Após segunda Guerra-Mundial, um novo cenário se configura com a Guerra-Fria, a partir desse momento inicia-se um processo lento de reorganização das relações internacionais do Brasil. O texto apresentando aqui são reflexões desenvolvidas principalmente no período de mestrado, que resultou na dissertação sobre o Movimento Afro-brasileira de Pró-Libertação de Angola – MABLA (2010). Nesse período tive a oportunidade de entrevistar os saudosos professores Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira da Conceição, além do diplomata e africanista Alberto da Costa e Silva e de livros de memórias e revisão bibliográfica.

Palavras-Chaves: Diplomacia; Angola; Brasil

A partir da Segunda-Guerra Mundial, a política externa brasileira passou a ser mais ativa no cenário internacional. Anteriormente, caracteriza-se pela defesa das fronteiras nacionais, sendo que a principal novidade ocorreu quando o chanceler Visconde do Rio Branco, no final do século XIX e início do XX, se aproximou dos EUA, intuindo que o poder internacional estava passando da Inglaterra para os EUA. O Brasil só aparecera, com algum relevo, registrado em matérias de política internacional, a partir da Segunda-Guerra Mundial.

Após o término desta, o mundo sofreu intensas mudanças em termos políticos, econômicos, ideológicos e culturais. Alterando o Mapa-Múndi, teve início o processo de descolonização, tendo em vista não haver mais condições “morais” para a manutenção do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

colonialismo. Foi nesse período que sistemas como nazismo, fascismo, franquismo, salazarismo e ilações no peronismo e getulismo deram o tom da contradição com os princípios democráticos.

Valores liberais, após a Segunda-Guerra, tornaram-se essenciais, resultando, em 24 de outubro de 1945, na criação da Organização das Nações Unidas – ONU, que veio ocupar o espaço multilateral da extinta Liga das Nações. Promovendo uma reordenação das relações internacionais, criando mecanismos em relação a intervenções em conflitos entre as nações, buscando uma ordem internacional mais adequada à época, a ONU abrigou discussões de relevância internacional na passagem do eurocentralismo ao eurocidentalismo. Enfatiza-se que no eurocidentalismo insere-se no período da bipolaridade (URSS E EUA), com a Conferência de Bandung (1955) que se define, em primeiro lugar, como “Não Alinhada”, tornando a realidade internacional mais complexa.

Sob outro ângulo de abordagem, a Segunda Guerra Mundial permitiu construir outras relações eurocidentais com o continente africano. Quanto ao Brasil, como expõe J.H. Rodrigues, ao evidenciar enfaticamente a importância das bases norte-americanas. Na Segunda Guerra Mundial os EUA instalaram bases estratégicas em Natal, Recife e Fortaleza, na política aliada em relação à Dacar e à África francesa, à invasão do Marrocos e à campanha da África do Norte (COSTA E SILVA, 2003, p.240).

No Nordeste brasileiro - sem a qual não teria sido possível a vitória da Batalha *El Alamein*, que será sempre lembrada como o início da derrocada das forças do Eixo na África do Norte e um dos marcos decisivos na Segunda Guerra Mundial. A vitória britânica em *El-Alamein* levou o primeiro-ministro, Sir Winston Churchill a afirmar que "este não é o fim, não é nem o começo do fim, mas é, talvez, o fim o começo" (SANTOS, 2014, p.28). El Alamein foi uma vitória essencialmente do Reino Unido e das tropas da Commonwealth que nem a invasão da Europa, que emergiram possibilidades de inserções na política internacional, até então inviáveis. Desde então, segundo J.H. Rodrigues (1964), estudiosos brasileiros vêm chamando atenção para importância estratégica da África.

Com o advento do final da Segunda Guerra Mundial, o mundo entrou em nova conjuntura internacional, denominada Guerra-Fria, disputa ideológica entre Estados Unidos e União Soviética, entre o capitalismo e comunismo. Em sua obra *Brasil e África*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

outro horizonte (1964), J.H. Rodrigues expõe ideias do coronel Golbery do Couto e Silva, em que este adverte sobre a importância estratégica do continente africano, apontando que o Brasil devia realizar uma geopolítica da paz, impedindo influências ideológicas comunistas do outro lado do Atlântico, pois isso colocaria não só o Brasil, mas o continente americano, em perigo.

As ideias aqui apresentadas foram defendidas no livro *Geopolítica, do Brasil* (1966) do Coronel Golbery do Couto e Silva. Apresentou uma política militar para o Atlântico que impedisse a influência de países comunistas como União Soviética e China no processo de descolonização africano, em que após suas independências tinha o temor que o Brasil fosse atacado.

O Brasil participou da Segunda Guerra Mundial sob a presidência de Getúlio Dornelles Vargas, no período do Estado Novo¹. O termo Estado Novo foi a denominação dada aos Estados de cunho totalitários. Como Portugal (Salazarismo) Espanha, (Franquismo), Itália (Fascismo) e Alemanha (Nazismo) em 1937 foi instituído o Estado Novo no Brasil, no governo Getúlio Vargas com alegação de que o Brasil precisaria de um Estado forte para impedir ameaça comunista, que estava contido no Plano Cohen (que até hoje não foi bem explicado). O Estado Novo foi arquitetado como um Estado modernizador que deveria durar muitos anos. No entanto, seu tempo de vida acabou sendo curto não chegou a oito anos.

Com a ida em meado de agosto de 1942 da Força Expedicionárias Brasileiras – (FEB) para combater o regime Fascista na Itália iniciaram protestos da sociedade brasileira. A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros,

¹ O termo Estado Novo foi a denominação dada aos Estados de cunho totalitários. Como Portugal (Salazarismo) Espanha, (Franquismo), Itália (Fascismo) e Alemanha (Nazismo) em 1937 foi instituído o Estado Novo no Brasil, no governo Getúlio Vargas com alegação de que o Brasil precisaria de um Estado forte para impedir ameaça comunista, que estava contido no Plano Cohen (que até hoje não foi bem explicado). O Estado Novo foi arquitetado como um Estado modernizador que deveria durar muitos anos. No entanto, seu tempo de vida acabou sendo curto não chegou a oito anos. Com a ida em meado de agosto de 1942 da Força Expedicionárias Brasileiras – (FEB) para combater o regime Fascista na Itália iniciaram protestos da sociedade brasileira. A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943. Não por acaso a data comemorava a vitória da Revolução de 1930. Com isso, os assinantes do manifesto queriam demonstrar que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na Primeira República, assinalando, ao mesmo tempo, sua percepção de que a Revolução de 1930 fora desviada de seus objetivos democráticos. (BORIS, Fausto, 1994, p.340 – 389).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

datado de 24 de outubro de 1943. Não por acaso a data comemorava a vitória da Revolução de 1930. Com isso, os assinantes do manifesto queriam demonstrar que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na Primeira República, assinalando, ao mesmo tempo, sua percepção de que a Revolução de 1930 fora desviada de seus objetivos democráticos. (BORIS, Fausto. 1994,).

Sua política tinha como intuito a modernização do Brasil e uma maior participação e autonomia na política externa. Para apoiar os aliados na Guerra, Vargas negociara o financiamento da Siderúrgica de Volta Redonda com os EUA. Outro fator relevante, no período desta guerra, foi que pessoas insatisfeitas com o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas acabaram saindo do Brasil. Entre estes, destacamos o proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, como também outros liberais, que se exilaram em Portugal. Neste mesmo período, tem-se registro que opositoristas ao regime de Estado Novo de Salazar, exilaram-se no Brasil, constituindo outro campo de força entre Brasil e Portugal.

Quanto à política externa estabelecida por Vargas, segundo José Sombra Saraiva, em 1943, tendo como ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, criaram-se bases para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento industrial do país, visando iniciar a substituição de importações e criar mecanismo de integração com a América do Sul.

Não obstante, esses planos não foram adiante, pois Ásia e Europa estavam mais envolvidas, após a Segunda Guerra Mundial, com a chamada “ameaça comunista”, capitalizando atenções dos EUA, que investiu, por meio do plano Marshall, na Europa, ficando América do Sul em segundo plano.

O governo de Eurico Gaspar Dutra posicionou-se, claramente, a favor da política externa norte-americana: perseguiu os comunistas e declarou o Partido Comunista Brasileiro ilegal. Logo após, com o retorno de Getúlio Vargas, em outro cenário, na década de 1950, ocorreu a abertura do Brasil ao capital de investidores estrangeiros. Todavia, uma elite crítica a sua política centralizadora e estatizante, fez-lhe oposição e, em agosto de 1954, Getúlio Vargas suicidou-se.

Segundo José Sombra Saraiva, a política externa do segundo Governo Vargas (1951-1954) procurou centrar-se em melhores relações com os Estados Unidos, nos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

períodos dos governos estadunidenses de Truman (1945-1953) e Eisenhower (1953-1961). Neste governo Vargas foi assinado o Tratado de Cooperação e Amizade entre Brasil e Portugal (1953), quando ministro das Relações Exteriores, Vicente Rao. O Tratado, como veremos, atendeu mais aos interesses de Portugal e foi elaborado em um período onde ficou em evidência certa importância histórica das relações Brasil e Portugal. À época, a presença de uma comunidade portuguesa relevante e com voz em alguns veículos de imprensa, levou o governo brasileiro a se conter no campo da política externa. Todavia, registraram-se vozes discordantes no cenário político brasileiro, entre setores da diplomacia brasileira, enquanto alguns deputados e senadores defenderam que o Brasil deveria aproximar-se da África.

Ao assumir a presidência, Juscelino Kubitschek traçou uma política de modernização para o Brasil, mormente no setor industrial, criando, entre outros, a indústria automobilística e procurando atrair investimentos estrangeiros. Reforçou a política econômica difundida pela Comissão Econômica para América Latina da ONU – CEPAL, cabendo registrar naquele contexto o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA) era uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, insistiram na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam os meios mais eficazes que se apresentavam como soluções, para países atrasados.

A OPA foi lançada em uma conjuntura adequada, em 1958, imediatamente após a malsucedida viagem do então vice-presidente Nixon à América Latina, oportunidade em que antiamericanismo dos sul-americanos ficou sobejamente evidenciado nos incidentes de Lima e Caracas. Esta parte da América ficara à margem do Plano Marshall. Carente de divisas, não conhecera os benefícios das cooperações então vigentes em outras áreas do Globo. As relações entre os Estados Unidos e a América Latina pediam revisão. A proposta de JK voltou-se para uma atualização das relações entre os dois segmentos do continente. (CERVO e BUENO, 2008), visando fortalecer a nova política externa brasileira. (SARAIVA, 1996, p. 31-32).

O presidente JK prometeu grande desenvolvimento, em curto espaço de tempo, “cinquenta anos em cinco”, procurando investir na indústria de base e na infraestrutura. Em relação à política externa, Kubitschek visou uma política exterior autônoma, ligada

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aos grandes mercados internacionais, como Europa, Estados Unidos e também América do Sul.

O plano era atrair capitais estrangeiros para compensar a contínua queda das exportações, de 1951 a 1958. Naquele momento, a Europa estava em franca recuperação iniciando disputas, por mercados, com os Estados Unidos, resultando na vinda, para o Brasil, das montadoras alemãs DKW e Volkswagen. Só depois seguidas por empresas americanas (VIZENTINI, 1996, p.232.).

Externamente, o Brasil alinhou-se ao bloco político-diplomático ocidental e, segundo J.H. Rodrigues: “*A OPA obscureceu o mais importante fenômeno do processo histórico mundial, entre 1958-1960: a liberdade africana*”. (RODRIGUES, 1964, p.372). Esta frase de J.H. Rodrigues expõe uma insatisfação em relação à postura do país, que não demonstrou, inicialmente, nenhum interesse em relação a cenários africanos e asiáticos.

Entre estes, a partir da década de 1950, registraram-se conferências englobando nações até então excluídas, outrora subestimadas por seus colonizadores europeus. O marco foi a Conferência de Bandung, em outubro de 1955, na Indonésia, em que se reuniram países asiáticos, alguns países africanos e delegações entre as quais a Argentina. O Brasil esteve como observador.

O conceito de Terceiro Mundo, cunhado por Alfred Sauvy e Georges Balandier, passou a ser central desde a Conferência de Bandung e constituiu-se em bandeira de reivindicação por independências². Secundou o processo de independência das colônias francesas, inglesas e belgas, enquanto o Brasil prosseguiu, formalmente, uma política externa que ainda não refletia os novos ventos. Esta ausência do Brasil no cenário do anticolonialismo foi alvo de explicações por parte de J.H. Rodrigues:

O Brasil acrescenta-se, não deve transigir a respeito deles, mas transformar-se num fator de medida e bom senso. Acusava-se o grupo de Bandung de basear-se na intolerância racial e nos preconceitos

² A expressão Terceiro Mundo surgiu com um artigo de Alfred Sauvy, em Revista IBGE Brasileira [s.n.t.], em que o autor falava de três mundos. Os dois primeiros, desenvolvidos e caracterizados por ideologias diferentes, e um terceiro que, a exemplo do “Terceiro Estado”, pretendia a igualdade. A noção propagou-se a partir da publicação de um número especial da revista do Institut National d’Études Démographiques, editado sob direção de Georges Balandier. Cf.GT: Relações Internacionais e Políticas Externas, comunicação: África do continentalismo à fase das conversações globais. Conferência proferida pelo Prof. Fernando Mourão, no VIII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro. 24/10/84.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

raciais, lastima-se que muitos latino-americanos se tivessem unido a este grupo, introduzido o espírito de Bandung no Hemisfério Ocidental. A Delegação do Brasil acreditava permanecer equidistante das partes e poder assumir atitudes conciliatórias, imparciais, discretas. Levava-se, assim, para a política externa, a velha teoria da conciliação e do compromisso, que tem na área internacional, como na nacional, os mesmos aspectos negativos. Elas atendem aos privilegiados e busca a conformação dos oprimidos, e se evita o conflito ou perpetua o *status quo*, faz malograr ou retardar as vitórias dos dominados. (RODRIGUES,1964p. 422-423)

Era crença que aquela conferência estivesse encobrendo interesses da União Soviética e da China, embora esta se designasse integrante dos países “não alinhados”³ com os interesses do capitalismo (EUA) e do comunismo (União Soviética e China), procurando caminhos alternativos.

A diplomacia brasileira, que na época ainda refletia uma proximidade com os países ocidentais, mormente os EUA, não acompanhou e não deu a devida importância à Conferência de Bandung. A imprensa brasileira registrou o evento como uma ação ou proposta revolucionária. Entretanto, esta Conferência constitui-se em um marco, no sentido de proclamar a legitimidade dos povos coloniais, de acelerar os processos de independências, ao mesmo tempo posicionando-se equidistante do bloco comunista (até certo ponto China), assim como do bloco ocidental, EUA e Europa Ocidental.

Importantes figuras do marxismo e intelectuais como Jean Paul Sartre, sem romperem com o marxismo passaram a apoiar posturas nacionalistas, tais como a proposta do Front National de Liberation (FNL), em sua luta de libertação da Argélia. Foi nessa época que ocorreu a aproximação entre Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon, militante da independência e autonomia da Argélia.

Não se pode deixar de destacar a participação do embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes, na altura secretário na Embaixada de Jacarta, como observador na Conferência de Bandung. Segundo Sombra Saraiva, o livro de Bezerra de Menezes *O Brasil e o mundo Ásio-africano*, constituiu uma “*Obra complexa, foi o primeiro livro*

³ “Não Alinhado” termo que foi usado pelos países da Conferência de Bandung no intuito de não se envolverem na disputa entre os EUA e URSS, a Guerra-Fria. Contudo, alguns países autodesignados de “não alinhados” foram forçados pela conjuntura internacional, a se posicionarem nesse cenário. Após o término da Guerra-Fria, países, em especial do continente africano, passaram a desenvolver ações comerciais comuns ao capitalismo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

escrito por um diplomata brasileiro voltado para o estudo específico dos dois continentes” (SARAIVA, 1996, p.48).

Bezerra de Menezes apontou que a desinformação da diplomacia brasileira, cujo pouco que sabia sobre o continente africano, vinha justamente dos canais de informação das metrópoles coloniais europeias. Bezerra de Menezes, em entrevista ao pesquisador Pio Penna, (10/01/1993), apontou: *“A vida “vegetativa e contemplativa” da política exterior brasileira, de pouca ação e alinhamento com os Estados Unidos e a Europa, deveria ceder lugar a um novo conceito, voltado para o Atlântico e para a África”.* (SARAIVA, 1996, p.49).

A postura do embaixador Bezerra de Menezes traduz a discordância que havia, entre setores da *intelligentsia* brasileira, sobre adotar uma política autônoma para África. No mesmo sentido, leia-se Eduardo Portella que considerou: *“conservadora, estática e racista”, onde, “além do desinteresse oficial, os países africanos e asiáticos eram considerados, pela carreira diplomática, postos de sacrifícios”.* (SARAIVA, 1996, p.49).

A maioria dos diplomatas brasileiros, mais antigos na carreira, não compartilhava da postura do embaixador Bezerra de Menezes em relação ao processo de independência das colônias africanas. Importa refletir que a Conferência de Bandung foi formada por grupos de países revolucionários de terceiro mundo, mas não necessariamente marxistas. Com o advento da Guerra-Fria, alguns desses países tiveram que optar por um lado (capitalismo – EUA – ou comunismo – URSS e China). As obras de certos autores como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Jean Paul-Sartre e Georges Balandier foram o cordão para construir uma teoria relativa à espoliação dos povos colonizados.

Em relação a Portugal, que na década de 1960 ainda detinha, só em África, cinco colônias: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, registravam-se críticas esparsas ao regime salazarista.

A partir de 1926 a República sofreu um golpe e um regime de exceção foi estabelecido. O professor de finanças da Universidade de Coimbra, António Oliveira Salazar em 1928 foi nomeado ministro das finanças e depois, Primeiro Ministro. Com Salazar a administração tornou-se tão egocêntrica que se denomina doravante

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

salazarismo. Esse regime perpetuou até 1974 quando ocorre a Revolução dos Cravos, que veremos mais adiante. (SECCO, 2004), (MAXWELL,2006), (SILVA, 2006).

Campos diplomáticos europeus, desde antes da Segunda Guerra apontaram anacronismos do regime salazarista, condenado em conferências, mormente na ONU, por seguir uma política de manutenção das colônias, em África, Ásia e Oceania. O historiador Francisco Martinho expõe que no início da guerra anticolonial, registra que o Brasil, o Vaticano e a Espanha pediram a Salazar para abrir mão de suas colônias, e este retrucou: *“Estamos cada vez mais orgulhosamente sós”* (MARTINHO,2007, p.62).

Em função daquela situação, o governo português procurou apoio no Brasil para seguir com sua política colonialista em África. Em 1953 assinou, com o Brasil, o Tratado de Cooperação e Amizade. Concebido no tempo de João Neves da Fontoura no Ministério das Relações Exteriores, o Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil foi assinado pelo novo ministro Vicente Raó, no Rio de Janeiro, em 16 de novembro. Ratificado um ano depois e promulgado pelo governo brasileiro em janeiro de 1955, o tratado tinha nove artigos estabelecendo consulta mútua entre os dois países em matérias internacionais. Dois desses artigos mostram como estavam próximas as relações entre Portugal e Brasil. O primeiro dizia que a partir de então todos os problemas internacionais, que tivessem interesse comum, seriam objeto de consultas prévias. O artigo oitavo afirmava que partes contratantes deveriam desenvolver, de forma harmoniosa, o prestígio da comunidade luso-brasileira no mundo. (SARAIVA, 1996, p.55).

Segundo o saudoso professor José Maria Nunes Pereira, o Tratado, por parte de Portugal, visava obter, especificamente, respaldo do Brasil nas Nações Unidas.⁴ O termo colônia foi utilizado desde início do processo de colonização até o período liberal, quando Portugal passou a usar a designação “Província Ultramarina”. Com o advento da República, 1910, voltou a se usar o termo colônia até a promulgação do Ato Colonial, já no regime salazarista, quando retornou usar, em 1951, o termo “Províncias Ultramarinas”. (GONÇALVES, 1994, p.107-108).

⁴ Entrevista concedida em sua residência. Rio de Janeiro, 16/01/2009.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Neste sentido, o embaixador Alberto da Costa e Silva, em entrevista, relatou que o Tratado de Cooperação e Amizade, assinado com Portugal, não incluía as “províncias ultramarinas”. Restringindo-se à metrópole.

O Brasil nunca aceitou esse tratado em relação às províncias, somente num momento, na época de Castello Branco, nem na época do Juscelino foi aceito e não há nenhum documento da época de Juscelino que se refira às colônias como “Províncias Ultramarinas”. Há no governo, o único é Castello Branco, mas já no governo de Costa e Silva não há mais. Ele [Costa e Silva] mandou uma missão composta por Luís Souto Maior, Ítalo Zappa e por mim, a Portugal para desmanchar os acordos feitos na época por Castello Branco que faziam menção as “Províncias Ultramarinas”.⁵

Registra-se que o Embaixador Alberto da Costa e Silva chama atenção para o fato que o governo brasileiro nunca aceitou a expressão “Províncias Ultramarinas, continuando a utilizar a designação colônias.

As “notas interpretativas”, em um texto confidencial anexo ao Tratado, estabeleciam que a “Comunidade Luso-brasileira” não incluía as “Províncias Ultramarinas” de Portugal. Tais notas foram criticadas por alguns diplomatas, como Álvaro Lins e Bezerra de Menezes, pois ao não incluir as “Províncias Ultramarinas”, o tratado distanciava o Brasil da tendência natural de aproximação em relação às colônias portuguesas em África (SARAIVA, 1996, p.55), Bezerra de Menezes e Álvaro Lins evidenciam que a exclusão das “Províncias Ultramarinas” no texto principal do acordo, demonstrou a preocupação da diplomacia de Lisboa de evitar que o Brasil viesse a tratar desse assunto.

Estas considerações do embaixador Costa e Silva expressam opinião divergente sobre aquele Tratado. Os livros que abordam o assunto sempre mostram a ligação estreita entre a não intervenção do Brasil, em relação às “Províncias Ultramarinas”, no período da presidência de Juscelino Kubitschek, quando o Brasil ainda era fortemente agrário, com uma produção de café importante tal como Angola. Mas importa ter clareza que a hipótese de tal Tratado a trazer benefícios ao Brasil, não ocorreu.

A produção do café angolano era vista como uma competição negativa, tanto que Getúlio Vargas já mandara denunciar, na Organização Internacional do Trabalho (OIT),

⁵ Entrevista concedida em sua residência no Rio de Janeiro, 15/01/2009.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que Portugal utilizava mão – de – obra escrava na produção de café. E como nos conta o memorável Prof. Fernando Mourão, em relação à participação brasileira na reunião da OIT ressalta um fato que lhe foi contado pelo Prof. Miguel Reale:

Este foi chamado por Getúlio Vargas para ir a Gênova com a orientação expressa de denunciar o trabalho escravo nas plantações de café em Angola. Miguel Reale recordou que na ocasião recebeu orientações explícitas de Getúlio Vargas no sentido de viajar para Gênova, sem dar conhecimento a ninguém das orientações recebidas do Presidente Vargas, isto possivelmente para evitar que a diplomacia portuguesa ficasse sabendo, intentasse cooptar a diplomacia brasileira.⁶

Sobre a questão econômica do Brasil em relação à produção de Angola, o embaixador Costa e Silva relatou:

(...) O Brasil não tinha interesse nenhum em Angola, nem em Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau; deveria ter, mas não tinha, e não tinha por um motivo muito simples: é que desde a independência do Brasil, Portugal impediu a presença do Brasil em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe; o Brasil não conseguia sequer ter um cônsul. O Brasil terá o primeiro cônsul de carreira em Angola bem depois. Teve um no século XIX por pouco tempo, de tal maneira que foi hostilizado. Frederico Niterói. O primeiro cônsul de carreira em Luanda será Frederico Carlos Carnáua, em 1961. Quando eu fui com Negrão de Lima e Sérgio Martins Moreira a Angola, numa viagem de investigação sobre a guerra que estava acontecendo, depois de eclodir as manifestações dos bakongos, no Congo português, movimento liderado por Holden Roberto, houve a revolta dos presídios de Luanda organizada pelo MPLA. O governo Jânio Quadros mandou uma missão em 1961, para Angola, para ter o retrato da situação. Foi chefiada pelo Negrão de Lima e o professor Sérgio Martins Moreira, que era um intelectual e escritor conhecido aqui no Brasil, e eu. Chegamos lá juntamente com Carlos Carnáua, que era o cônsul em Luanda. Levou mais ou menos uns vinte dias para elaborar o relatório da visita. Mas, dizer que o Brasil tinha comércio “mais intenso” tinha coisa nenhuma e, “mais intenso” é maneira de dizer; com a África do Sul (...).⁷

⁶ Depoimento fornecido em sua residência 19/01/2010. Caucaia do Alto – SP.

⁷ Entrevista concedida em sua residência, no Rio de Janeiro, 15/01/2009.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Este Tratado, na afirmação de Afonso Arinos, ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros, foi “nocivo” para a política internacional brasileira. Por outro lado, registra comportamentos que “mexiam com as vaidades” dos diplomatas brasileiros:

(...) Mas, por grande que seja nossa amizade e nossa simpatia, não podemos, como nação, manter, em face de Portugal, uma atitude sentimental, como se fossemos uma criança de calças curtas diante de um vovô de barbas brancas. (...) Tem sido invocado, ultimamente, um Tratado de Amizade e Consulta, que nos colocaria numa tantas obrigações incomodas para com Portugal. Quando se anuncia uma atitude do governo brasileiro que discrepe da velha conduta filial do Itamarati, onde há sempre gente de olho na Embaixada de Lisboa e nas condecorações portuguesas, alguém grita: “Olha o Tratado! Isso é contra o Tratado! Vejam...” Então, esse tratado é antibrasileiro, isto é, um trambolho que impede de formular uma política própria, sem subordinação ao Palácio das Necessidades. Temos já idade para não sermos tutelados. Denuncie-se o Tratado em questão, se ele nos impede a autonomia, a liberdade de movimento, que se faz necessária para que o Itamarati desenvolva a sua nova política, uma política que faça o Brasil aparecer no mundo como uma nação autônoma, soberana, independente, capaz de escolher os seus próprios caminhos. (ARINOS, 2001, p.199).

A opinião de Afonso Arinos, participante da chamada Política Externa Independente, juntamente com San Thiago Dantas entre outros, fortaleceu a crítica à ideia da subordinação do Brasil aos interesses portugueses. As condecorações dadas aos diplomatas brasileiros, apontados por Arinos, foram criticadas na época, por J.H. Rodrigues, que teceu comentários pessoais sobre os abusos do Tratado, incluindo o próprio ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos:

O Trado Luso-brasileiro teve esse singular e estranho efeito: converter nosso Ministro do Exterior em uma espécie de comendador português, sempre em visita à corte, em consulta ao seu Chefe, correndo para a antiga Metrópole. Por que não aguardar, com a grega virtude da moderação, que o Sr. Salazar e o Sr. Franco Nogueira venham a nós? Se acreditam em Comunidade, a cabeça está aqui. Não é possível submeter uma nação continental de 79 milhões de habitantes, às consultas de um chefe autocrático de 9 milhões e meio de habitantes. Não pensou assim ao consentir que o Sr. Negrão de Lima, Embaixador em Portugal, fosse o observador brasileiro em Angola. (RODRIGUES, p. 384)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Brasil não obteve nenhum benefício econômico e político com este Tratado. A não-intervenção estava ligada à pressão que a colônia luso-brasileira tinha no Brasil. Pensando hoje, parece estranho, mas em meados do século XX, a presença portuguesa era forte e exercia influência sobre a política brasileira. Por mais que o Brasil fosse um país anticolonial, não conseguiu apoiar, de maneira eficiente, o processo inicial das independências das colônias africanas. Em relação à postura do Presidente Juscelino Kubitschek, o embaixador Costa e Silva esclareceu:

O Juscelino me disse que os brasileiros não aceitariam uma posição política contrária, que fosse um desarranjo a Portugal. Podemos não gostar do colonialismo português, dizia ele, mas não podemos fazer nada que machuque Portugal. A opinião pública brasileira não aceita isto. Curiosamente, quando Jânio sobe ao poder dinamizou extraordinariamente a relação com a África. Foi quando abriu novas embaixadas, enviou missões de reconhecimento à África, da qual fez parte, colocou o problema da colonização, das colônias portuguesas, nas Nações Unidas. Na primeira votação, o Brasil votou contra Portugal (1961), mas, na segunda votação, votou a favor dos portugueses; o que aconteceu entre o primeiro o segundo voto?

A opinião pública no Brasil se levantou [contrário], então, ele não pode enfrentar a oposição política. Tinha os que diziam que era impossível votar contra Portugal. Jânio Quadros tinha posição a favor da independência negociada, e era o que dominava na época. Eu e o Antonio Houaiss achávamos que o colonialismo português não tinha futuro. A ideia era de que o Brasil estivesse atrelado e, eu acho que o Brasil nunca se atrelou a uma relação mais combativa.

Vendo do ponto de vista, não do futuro, mas do presente daquela época, tenho que te confessar que éramos minoria. Toda a imprensa era a favor de Portugal, somente o comentarista Paulo de Castro, do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro era contrário. A imprensa que tinha cacife era anticolonialista, mas no caso de Portugal era especial: era Portugal que tinha que resolver. Visto como memória, é diferente de visto como história, mas não se sabe exatamente como foram os fatos, se vocês vão fazer uma investigação sobre isso, o que vocês podem fazer é percorrer a imprensa da época, vai ver com muita clareza que existe muita coisa. (...).⁸

O Brasil passou a adotar mecanismos que proporcionaram uma aproximação com os países africanos independentes, o que incluía um propósito de melhor conhecer e se preparar para entrar em uma fase de aproximações com os movimentos independentistas das

⁸ Entrevista concedida em sua Residência, Rio de Janeiro, 15/01/2009.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

colônias portuguesas. O Ministério das Relações Exteriores passou a conceder bolsas de estudo para que estudantes africanos pudessem estudar no Brasil e, curiosamente, a escolha dos bolsistas recaiu não só entre originários de países africanos independentes, mas igualmente beneficiando estudantes das colônias portuguesas que, à época, viviam nesses países independentes. As bolsas de estudos foram criadas pelo Ministério das Relações Exteriores, segundo Honório Rodrigues era descontado dos diplomatas 20% dos salários, que fossem iguais ou superior a 400 dólares, para manutenção dessas bolsas. (RODRIGUES, 1964, p.337).

O governo do presidente Jânio Quadros, de curta duração (cerca de oito meses no poder), cedeu lugar, de forma conturbada, a seu vice João Goulart. Obrigado a aceitar um sistema político parlamentarista, seu governo não resistiu às fortes pressões de oposição a suas políticas de reformas internas.

No que se refere à política externa brasileira, o presidente João Goulart manteve a Política Externa Independente (PEI) com aproximação ao continente africano. Não houve avanços na PEI devido ao acirramento das tensões com setores das elites brasileiras, que viam no presidente João Goulart alguém próximo ao socialismo, em função de seu governo defender projetos de reformas de base, como a polêmica reforma agrária.

Devido aos confrontos no campo da política interna, o continente africano passou ao segundo plano. Com o Golpe Civil-Militar, de 1 de abril de 1964, os movimentos sociais foram perseguidos e quadros ligados ao Movimento Afro-brasileiro e de Pro-Libertação de Angola - MABLA foram detidos⁹. Posteriormente, estudantes africanos, que vislumbravam o Brasil como terreno fértil para mobilizações em prol da libertação das colônias portuguesas em África, migraram para outros países.

O governo do presidente General Castello Branco implementou uma política de estreitamento de relações com EUA, registra-se o fato de que Portugal mantinha um acordo na época pelo qual cedia uma base, localizada estrategicamente no Oceano Atlântico, base das Lajes, no arquipélago dos Açores para o EUA, período que o governo

⁹ Sobre o Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola – MABLA, foi um movimento de apoio de libertação dos países africanos no processo de independência, em especial Angola, que ocorreu na década de 1960 a 1970, no Brasil nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro para informações ver (SANTOS, 2010 e SANTOS, 2014).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

salazarista aventou a hipótese de oferecer portos em suas colônias em África, em troca de maior apoio ao seu regime de exceção. Em contrapartida, o Brasil deveria ficar equidistante das colônias africanas e apoiar Portugal na ONU, pois havia, por parte do governo Civil-Militar, receio de um avanço da União Soviética, através dos países africanos localizados no outro lado do Atlântico. Com o término do governo do presidente Castelo Branco, as articulações luso-brasileiras levadas a cabo foram desfeitas na gestão do presidente Artur da Costa e Silva.

Todavia, no governo do presidente Médici, em 1972, na comemoração da independência do Brasil, foi enviada uma missão prospecção política a África, chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, que visitou vários países (BARBOZA, 2007, p 399).

A escolha desta data foi cuidadosamente pensada. Segundo o embaixador Costa e Silva: *“a ideia era o Brasil mostrar sua postura anticolonialista realizando uma visita ao continente africano, no período das comemorações da independência brasileira”*.¹⁰ Esta atitude da diplomacia brasileira sofreu críticas da imprensa brasileira, da comunidade lusitana, de políticos extremistas de direita e do governo português.

Devido ao processo de independência, em curso nas colônias portuguesas africanas, a visita do ministro das Relações Exteriores foi recebida, pelos grupos mencionados, com receio, já que as aproximações daquelas colônias com o Estado brasileiro poderiam trazer consequências no sentido de apoio às suas independências.

Cabe registrar que o ministro Mário Gibson Barboza mostrou-se favorável à independência das colônias portuguesas, em seu livro de memórias *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida* (2007, p.355-458), onde narra episódio em que teve discussões com o presidente da Petrobras, na época general Ernesto Geisel. As questões giraram em torno da possibilidade da Petrobrás firmar uma parceria com o governo português, para explorar as reservas petrolíferas no enclave de Cabinda, em Angola. O ministro Gibson Barboza argumentava que o investimento de risco, em Cabinda, não valia a pena, que a independência de Angola era questão de tempo, enquanto o general Ernesto Geisel insistia no projeto. O Presidente da República, na época, General Médici, acabou por optar pelos argumentos do ministro Gibson Barboza.

¹⁰ Entrevista, concedida ao autor em sua residência, Rio de Janeiro, 15/01/2009.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Tempos depois, quando o diplomata Gibson Barboza assumiu a embaixada em Atenas e o general Ernesto Geisel, a Presidência do Brasil, se encontraram em outro contexto. O General Geisel confidenciou ao então embaixador Gibson Barboza: “*Foi muito bom realmente que não tivéssemos feito aquele acordo com Portugal.*” (BARBOZA, 2007, p. 355).

Na década de 1970, o Itamaraty criou o Departamento da África, Ásia e Oceania. O diplomata Ítalo Zappa, encarregado do posto, enviou junto ao cenário político de Angola, em 1975, como representante do Brasil, o diplomata Ovídio de Andrade Mello¹¹ que acompanhou de perto o processo de independência em Angola, envolvendo os três movimentos: Movimento de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956 que, aos poucos, ligou-se a então União Soviética e Cuba, consolidando como líder o médico e poeta Agostinho Neto; a Frente de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1961 e ligada aos interesses do Zaire e dos Estados Unidos, sob a liderança de Holden Roberto e, por fim, a União de Libertação Total de Angola (UNITA), de 1966, ligada aos interesses da África do Sul, China e portugueses, inconformados com o processo de independência e também dos Estados Unidos.

O diplomata Ovídio de Andrade Mello recomendou apoiar o MPLA, argumentando: “*era isso ou tirar o time de campo*”,¹² mesmo estando o MPLA, naquele momento ligado à URSS e Cuba. O governo brasileiro, sob presidência do general Ernesto Geisel, outrora contrário a qualquer apoio a processos de independências das colônias africanas de Portugal, teve como ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, favorável à independência das colônias africanas.

Segundo o Prof. Fernando Mourão, o apoio ao processo de independência angolano e das demais colônias portuguesas, teve continuidade nos quadros diplomáticos da Política Externa Independente, que se viram ampliado por uma série de jovens diplomatas que adotaram a mesma postura. Paulatinamente, dezenas de diplomatas hoje bastante conhecidos, reformados ou não, apostaram firmemente não só na mudança da política externa brasileira, mas na sua manutenção. Haja em vista, que após o

¹¹ Para maiores informações sobre Ovídio Andrade de Mello ver (SANTOS, 2015; SANTOS, 2018).

¹² GASPARI, (2004. p.142). Em depoimento, o embaixador Ovídio de Andrade acrescenta que a frase foi dita dentro de um contexto específico, em agosto de 1975, onde já era dado que o MPLA seria o líder da independência. Rio de Janeiro 23/10/2009.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

reconhecimento diplomático da independência de Angola o apoio do Brasil passou a ser uma constante no país com maior ou menor intensidade.

Prof. Fernando Mourão recorda os nomes dos diplomatas que contribuíram para essa nova postura do Itamaraty: Alberto da Costa e Silva, Carlos Alberto de Leite Barbosa, Rubens Ricupero, Genaro Antonio Mucciolo, Luís Vinhaes da Costa, Ronaldo Mota Sardenberg, Wladimir Murтинho, Manuel Pessanha Viegas, Affonso Celso Ouro Preto, Paulo Roberto de Almeida, Bernardo Pericás Neto, João Cabral de Melo Neto, Paulo Tarso Flexa de Lima, Marcelo Jardim, Roberto Abdenur entre outros.

Foram esses diplomatas entre outros que gestaram na prática novos procedimentos, ora influenciando seus superiores, pondo em prática e com plenitude, ordens superiores, influenciando membros do governo, membros da Câmara e do Senado em relação ao tema da descolonização.¹³

Não obstante, o pensamento pró-independência das colônias não era unânime. Na conjuntura de Guerra Fria, aliados a setores extremistas do regime Civil-Militar exerceram forte pressão, como o general Sylvio Frota, Ministro do Exército, uma das vozes que discordara da linha pragmática na política externa, adotada pelo governo Geisel¹⁴.

A mudança, de forma mais evidente, teve início no governo do presidente Médici, segundo Paulo Vizentini (1998), pois a multilateralização intuía uma política econômica menos dependente dos EUA, estabelecendo contatos comerciais externos independentes da conduta ideológica. Essa política ganhou corpo no governo do presidente Ernesto Geisel, a ponto do governo brasileiro ser o primeiro país ocidental a reconhecer a independência angolana, em 11 de novembro de 1975, mesmo que liderada pelo MPLA, então ligado à URSS e Cuba. O processo de apoio à independência de Angola foi importante do ponto de vista diplomático uma vez que o Brasil vinha de um histórico de apoio político a Portugal e as ex-colônias tinham desconfianças em relação a um contato mais próximo com o Brasil.

O fato da independência do Brasil (1822) ter acontecido por vontade nacionalista de brancos de origem portuguesa e também por motivos dinásticos da coroa portuguesa,

¹³ Segundo entrevista Prof. Fernando Mourão. 01/03/2010. Caucaia do Alto - SP

¹⁴ FROTA, 2006:185-191.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

levantou desconfiança. Para líderes africanos a independência do Brasil é vista com restrições, ao perceberem que o modelo de independência brasileira não se adaptava ao processo das independências africanas. Até por que, a quase totalidade das populações dessas colônias em luta foi de povos e culturas negras.

Os colonos portugueses eram de fato uma minoria. Desses, uma minoria de uma minoria, aderiram à causa da independência, mormente ao MPLA. Os que aderiram a UNITA o fizeram na esperança de manter seus privilégios.

Ao ser o primeiro país a reconhecer a independência, o governo brasileiro retomou um processo de reaproximação abandonado em meados da década 1960. Promoveu contatos políticos e culturais com países ex-colônias de Portugal em alianças que se mantêm até hoje.

Considerações Finais

O texto apresentado evidencia as idas e vindas do Estado brasileiro, em relação ao continente africano, em especial a África Austral, que durante o período do tráfico negreiro Atlântico teve um fluxo intenso, que além de “corpos negros” para força de trabalho escravo, que foi usado ao extremo para construção tanto do Brasil colônia, como império. O que contribuiu para configuração da segunda maior população negra em número absoluto, tento em primeiro a Nigéria.

Hoje temos um discurso que Brasil e parte do continente africano tem uma relação estreita, mas na realidade o processo diaspórico para o continente americano foi interrompido, ou gravemente dirimido no final do século XIX e em termo diplomático somente estabelecido após a década de 1960. Sendo assim, parte da cultura de expressão afro-brasileira vem em decorrência ainda do período do século XIX e que se misturaram com outros elementos culturais, exemplos dos povos originários do Brasil, assim como dos portugueses.

As contradições apontadas do governo brasileiro Civil-Militar (1964-1985), numa conjuntura de Guerra Fria, embora alinhado com Estados Unidos, mas que na política externa evidenciou um pragmatismo buscando autonomia nas suas relações que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contribuições com seus interesses econômicos, políticos e estratégicos. O melhor seja Angola, que obteve sua independência pelo MPLA, atrelado ao URSS e Cuba.

O que possibilitou que empresas brasileiras, a exemplo da Petrobras, Odebrecht entre outros, que foram alvo de investigação com a famigerada lava jato iniciasse seus negócios em solo angolano ainda no período ditatorial. O recorte desse trabalho priorizou questões ligados ao início do estabelecimento das relações diplomáticas brasileira com África.

O vigor apontado nessa relação que tivemos no começo da década de 1960 e depois em 1970 somente estabelecerá no governo civil de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), no século XXI. Neste campo diplomático, vamos ter a configuração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, que afirmou convênio com diversos países africanos para vinda de estudantes para solo africano.

No governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) já houve um distanciamento, embora também nunca saberemos se teria uma reaproximação uma vez que seu governo foi interrompido de forma abrupta, em que se discute se foi um golpe.

Todavia, hoje a relação brasileira e continente africano esteja cada vez mais distante, em que o Brasil priorize relação Euro ocidentais, em particular com o EUA, a conjuntura do mundo é bem distinta, não temos mais a Guerra-Fria, a China é economia mais pulsante do planeta, além de infelizmente uma pandemia que já completa mais de um ano ceifando milhões de vidas.

Contudo, mesmo com a conjuntura política diplomática não favorecendo, as relações pelos menos no campo intelectual e cultural vão se fortalecendo, com advento da internet, mesmo ainda sendo objeto de acesso restritos temos hoje a oportunidade de ouvir e ver pessoas africanas falando seus países podemos ler seus textos. O Brasil desde da lei 10639/2003, no meio acadêmico e escolar vem construindo saberes sobre o ensino de História da África e Afro-brasileiras, nas redes sociais temos vários canais que debatem e divulgam assuntos ligados a essa temática, a exemplo, no youtube, Canal África Século XX. Os contatos entre os dois lados do Atlântico, doravante podem fortalecer quando tivermos um Estado que tenha uma visão mais ampla ao seu redor, quando isso acontecer o solo já está preparado por esses grupos aqui mencionados.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Referências:

- ARINOS, FILHO, Afonso. *Diplomacia - Um Legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BARBOZA, Mário Gibson *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.
- BORIS, Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CERVO, Amado L. e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: UNB, 2002.
- CÉSARIE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: AKAL, 2006.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos: A mais Grave Crise dos Governos Militares narrada por um de seus protagonistas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada: Sacerdote e o Feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GONÇALVEZ, Willians. *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal no Governo Kubitschek*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.
- MARTINHO, Francisco Palomares. “*Um país Tropical na Guerra Fria*”. *REVISTA DA BIBLIOTECA NACIONAL*. Rio de Janeiro, ano 2, nº 19, abril 2007. p. 62.
- MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MENEZES, A.J. Bezerra de. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- PENNA, Pio. *Brasil e África nos anos Kubitschek - 1956 -1961*. In. DOPCKE, Wolfgang (Org.). *Crises e Reconstruções: Estudos Afro Brasileiros, Africanos e Asiáticos*. Brasília: Linhas Gráficas, 1998. p.117 -127.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SANTOS, José Francisco dos. *Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflitos com Portugal no cenário da Guerra Fria*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA): "um amplo movimento" - relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, José Francisco dos. *Relação Brasil/Angola: a participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SANTOS, José Francisco. *Angola: política externa brasileira para África no olhar de Ovídio de Andrade Melo*. Salvador: Sagga, 2018.

SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)*. Brasília: UNB, 1996.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Palamedas, 2004.

SILVA, Douglas Mansur. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

VIZENTINI, Paulo G. Fangundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multirralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.